



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo 02, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho das questões discursivas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A ● C D E**
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a questão discursiva, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4h30min para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com a Folha de Respostas da Prova Objetiva e a Folha de Respostas da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Os sonhos dos adolescentes

Se tivesse que comparar os jovens de hoje com os de dez ou vinte anos atrás, resumiria assim: eles sonham pequeno. É curioso, pois, pelo exemplo de pais, parentes e vizinhos, nossos jovens sabem que sua origem não fecha seu destino: sua vida não tem que acontecer necessariamente no lugar onde nasceram, sua profissão não tem que ser a continuação da de seus pais. Pelo acesso a uma proliferação extraordinária de ficções e informações, eles conhecem uma pluralidade inédita de vidas possíveis.

Apesar disso, em regra, os adolescentes e os pré-adolescentes de hoje têm devaneios sobre seu futuro muito parecidos com a vida da gente: eles sonham com um dia-a-dia que, para nós, adultos, não é sonho algum, mas o resultado (mais ou menos resignado) de compromissos e frustrações. Eles são "razoáveis": seu sonho é um ajuste entre suas aspirações heróico-ecológicas e as "necessidades" concretas (segurança do emprego, plano de saúde e aposentadoria).

Alguém dirá: melhor lidar com adolescentes tranqüilos do que com rebeldes sem causa, não é? Pode ser, mas, seja qual for a qualidade dos professores, a escola desperta interesse quando carrega consigo uma promessa de futuro: estudem para ter uma vida mais próxima de seus sonhos. É bom que a escola não responda apenas à "dura realidade" do mercado de trabalho, mas também (talvez, sobretudo) aos devaneios de seus estudantes; sem isso, qual seria sua promessa? "Estude para se conformar"? Conseqüência: a escola é sempre desinteressante para quem pára de sonhar.

É possível que, por sua própria presença maciça em nossas telas, as ficções tenham perdido sua função essencial e sejam contempladas não como um repertório arrebatador de vidas possíveis, mas como um caleidoscópio para alegrar os olhos, um simples entretenimento. Os heróis percorrem o

mundo matando dragões, defendendo causas e encontrando amores solares, mas eles não nos inspiram: eles nos divertem, enquanto, comportadamente, aspiramos a um churrasco no domingo e a uma cerveja com os amigos.

É também possível (sem contradizer a hipótese anterior) que os adultos não saibam mais sonhar muito além de seu nariz. Ora, a capacidade de os adolescentes inventarem seu futuro depende dos sonhos aos quais nós renunciemos. Pode ser que, quando eles procuram, nas entrelinhas de nossas falas, as aspirações das quais desistimos, eles se deparem apenas com versões melhoradas da mesma vida acomodada que, mal ou bem, conseguimos arrumar. Cada época tem os adolescentes que merece.

(Adaptado de Contardo Calligaris. Folha de S. Paulo, 11/01/07)

1. O autor considera que falta aos jovens de hoje
 - (A) um mínimo de discernimento entre o que é real e o que é puro devaneio.
 - (B) uma confiança maior nas promessas de futuro acenadas pelo mercado de trabalho.
 - (C) a inspiração para viver que lhes oferecem os que descartaram as idealizações.
 - (D) a aspiração de perseguir a realização dos sonhos pessoais mais arrojados.
 - (E) a disposição de se tornarem capazes de usufruir a estabilidade profissional.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. As múltiplas ficções e informações que circulam no mundo de hoje impedem que os jovens formulem seus projetos levando em conta um parâmetro mais realista.
 - II. As escolas deveriam ser mais conseqüentes diante da *dura realidade do mercado de trabalho* e estimular os jovens a serem mais razoáveis em seus sonhos.
 - III. As ficções que proliferam em nossas telas são assimiladas como divertimento inconseqüente, e não como sinalização inspiradora de uma *pluralidade de vidas possíveis*.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. No segundo parágrafo, ao estabelecer uma relação entre os jovens e os adultos de hoje, o autor faz ver que</p> <p>(A) os sonhos continuam sendo os mesmos, para uns e para outros.</p> <p>(B) os adultos, quando jovens, eram mais conservadores que os jovens de hoje.</p> <p>(C) os jovens esperam muito mais do que os adultos já obtiveram.</p> <p>(D) o patamar de realização de vida atingido pelos adultos tornou-se uma meta para os jovens.</p> <p>(E) a resignação dos adultos constitui a razão de frustração dos jovens.</p>	<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Não se imputem aos adolescentes de hoje a exclusiva responsabilidade pelo fato, lastimável, de aspirarem a tão pouco.</p> <p>(B) A presença maciça, em nossas telas, de tantas ficções, não nos devem fazer crer que sejamos capazes de sonhar mais do que as gerações passadas.</p> <p>(C) Se aos jovens de hoje coubesse sonhar no ritmo das ficções projetadas em nossas telas, múltiplos e ágeis devaneios se processariam.</p> <p>(D) Ficaram como versões melhoradas da nossa vida acomodada de hoje o vestígio dos nossos sonhos de ontem.</p> <p>(E) Ao pretender que se mobilize os estudantes para as exigências do mercado de trabalho, o professor de nossas escolas impede-os de sonhar.</p>
<p>4. A expressão <i>hipótese anterior</i>, que surge entre parênteses, faz referência à seguinte passagem do texto:</p> <p>(A) <i>É possível que (...) as ficções tenham perdido sua função essencial.</i></p> <p>(B) <i>Conseqüência: a escola é sempre desinteressante para quem pára de sonhar.</i></p> <p>(C) <i>Pode ser que (...) eles se deparem apenas com versões melhoradas da mesma vida (...)</i></p> <p>(D) <i>Ora, a capacidade de os adolescentes inventarem seu futuro depende dos sonhos aos quais nós renunciemos.</i></p> <p>(E) <i>(...) seja qual for a qualidade dos professores, a escola desperta interesse quando carrega consigo uma promessa de futuro (...).</i></p>	<p>8. Devaneios, quem não <u>tem devaneios</u>? <u>Têm devaneios</u> as crianças e os jovens, <u>dão aos devaneios</u> menos crédito os adultos, mas é impossível <u>abolir os devaneios</u> completamente.</p> <p>Evitam-se as indesejáveis repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:</p> <p>(A) os tem - Têm-lhes - dão-lhes - abolir-lhes</p> <p>(B) tem eles - Têm-nos - dão-lhes - abolir-lhes</p> <p>(C) os tem - Têm eles - dão-nos - aboli-los</p> <p>(D) tem a eles - Os têm - dão a eles - abolir a eles</p> <p>(E) os tem - Têm-nos - dão-lhes - aboli-los</p>
<p>5. Certa impropriedade que se verifica no uso da expressão <i>nas entrelinhas das nossas falas</i> poderia ser evitada, sem prejuízo para o sentido pretendido, caso o autor a tivesse substituído por</p> <p>(A) entre os parênteses das nossas conversas.</p> <p>(B) no que não se explicita em nossas palavras.</p> <p>(C) nas assumidas reticências do nosso estilo.</p> <p>(D) na falta de ênfase de nossas declarações.</p> <p>(E) no que não se sublinha em nossos discursos.</p>	<p>9. Está inteiramente correta a construção da seguinte frase:</p> <p>(A) É mais preferível lidar com adolescentes tranqüilos do que ficar lidando com rebeldes em quem se ignora a causa.</p> <p>(B) Prefira-se lidar com adolescentes tranqüilos a lidar com rebeldes cuja causa eles próprios parecem ignorar.</p> <p>(C) Dê-se preferência a lidar com adolescentes tranqüilos do que com os rebeldes cuja causa nem eles suspeitam.</p> <p>(D) É preferível lidar com adolescentes tranqüilos em vez de lidar com os rebeldes, onde a causa nem para eles se explicita.</p> <p>(E) Há a preferência de lidar com adolescentes tranqüilos e não dos rebeldes, cuja a causa lhes permanece incógnita.</p>
<p>6. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Fosse qual fosse a qualidade dos professores, a escola despertaria interesse quando carregasse consigo uma promessa de futuro.</p> <p>(B) A capacidade de os adolescentes virem a inventar seu futuro teria dependido dos sonhos aos quais nós renunciaremos.</p> <p>(C) Seria desejável que a escola não apenas dê ressonância aos anseios pelo mercado de trabalho, mas que também alimente as aspirações dos estudantes.</p> <p>(D) À medida que os adolescentes procurassem, nas entrelinhas das nossas falas, as aspirações que ocultáramos, irão se deparar com sonhos frustrados.</p> <p>(E) Quem vier a comparar os jovens de hoje com os da geração passada haveria de concluir que os adolescentes de agora devam sonhar muito menos.</p>	

<p>10. É preciso suprimir uma ou mais vírgulas na seguinte frase:</p> <p>(A) É possível que, em vista da quantidade e de seu poder de sedução, as ficções de nossas telas influenciem nossa conduta de forma determinante.</p> <p>(B) Independentemente do mérito dos professores, as escolas devem, com denodo, estimular os sonhos dos alunos.</p> <p>(C) É uma pena que, hoje em dia, tantos e tantos jovens substituam os sonhos pela preocupação, compreensível, diga-se, de se inserir no mercado de trabalho.</p> <p>(D) O fato de serem, os adolescentes de hoje, tão “razoáveis”, faz com que a decantada rebeldia da juventude dê lugar ao conformismo e à resignação.</p> <p>(E) Se cada época tem os adolescentes que merece, conforme opina o autor, há também os adolescentes que não merecem os adultos de sua época.</p>	<p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Para que não (restringir) o sonho de um jovem, as imposições do mercado de trabalho devem ter sua importância relativizada.</p> <p>(B) Seria essencial que nunca (faltar) aos adolescentes, mesmo em nossos dias pragmáticos, a liberdade inclusa nos sonhos.</p> <p>(C) Entre as duas hipóteses que (examinar), considera o autor que o elemento comum é redução da capacidade de sonhar.</p> <p>(D) Não se (delegar) às escolas a missão exclusiva de preparar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho.</p> <p>(E) É pena que (faltar) aos jovens a referência dos sonhos que seus pais já tenham alimentado em sua época de adolescentes.</p>
<p>11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas no contexto da seguinte frase:</p> <p>(A) Se não nos entretermos com as ficções de nossas telas, dizem algumas pessoas, com que se preencherá nosso tempo ocioso?</p> <p>(B) Quando finalmente convirmos em que os sonhos são estimulantes e necessários, a eles recorreremos para combater nosso excessivo pragmatismo.</p> <p>(C) Já que aos adolescentes de ontem aprovou cultivar tantos sonhos, por que os de hoje terão abdicado do direito a todos os devaneios?</p> <p>(D) Se as ficções não nos provissem de tantas imagens e informações, teríamos mais tempo para criar nossas próprias fantasias.</p> <p>(E) As sucessivas gerações já muito se contradizeram, por força da diversidade de seus sonhos, ao passo que a de hoje parece ter renunciado a todos eles.</p>	<p>14. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. É muito restritivo o aspecto da “razoabilidade” dos sonhos, <u>de que</u> o autor do texto analisa no segundo parágrafo.</p> <p>II. Talvez um dos “dragões” <u>a que</u> se deva dar combate em nossos dias seja o império dos interesses materiais.</p> <p>III. Os sonhos <u>em cuja</u> perseguição efetivamente nos lançamos podem transformar-se em conquistas objetivas.</p> <p>Está correto o emprego do elemento sublinhado APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>12. É preciso suprimir um ou mais sinais de crase em:</p> <p>(A) À falta de coisa melhor para fazer, muita gente assiste à televisão sem sequer atentar para o que está vendo.</p> <p>(B) Cabe à juventude de hoje dedicar-se à substituição dos apelos do mercado por impulsos que, em sua verdade natural, façam jus à capacidade humana de sonhar.</p> <p>(C) Os sonhos não se adquirem à vista: custa tempo para se elaborar dentro de nós a matéria de que são feitos, às vezes à revelia de nós mesmos.</p> <p>(D) Compreenda-se quem aspira à estabilidade de um emprego, mas prestem-se todas as homenagens àquele que cultiva seus sonhos.</p> <p>(E) Quem acha que agracia à juventude de hoje com elogios ao seu pragmatismo não está à salvo de ser o responsável pela frustração de toda uma geração.</p>	<p>15. O emprego do elemento sublinhado compromete a coerência da frase:</p> <p>(A) Cada época tem os adolescentes que merece, <u>pois</u> estes são influenciados pelos valores socialmente dominantes.</p> <p>(B) Os jovens perderam a capacidade de sonhar alto, <u>por conseguinte</u> alguns ainda resistem ao pragmatismo moderno.</p> <p>(C) Nos tempos modernos, sonhar faz muita falta ao adolescente, <u>bem como</u> alimentar a confiança em sua própria capacidade criativa.</p> <p>(D) <u>A menos que</u> se mudem alguns paradigmas culturais, as gerações seguintes serão tão conformistas quanto a atual.</p> <p>(E) Há quem fique desanimado com os jovens de hoje, <u>porquanto</u> parece faltar-lhes a capacidade de sonhar mais alto.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Página de História

De uma História Universal editada no século XXXIII: “Os homens do século XX, talvez por motivos que só a miséria explicaria, costumavam aglomerar-se desconfortavelmente em enormes cortiços de cimento. Alguns atribuem o fato a não se sabe que misterioso pânico ao simples contato com a natureza; mas isso é matéria de ficcionistas, místicos e poetas... O historiador sabe apenas que chegou a haver, em certas grandes áreas, conjuntos de cortiços erguidos lado a lado sem o suficiente espaço e arejamento, que poderiam alojar vários milhões de indivíduos. Era, por assim dizer, uma vida de insetos – mas sem a segurança que apresentam as habitações construídas por estes.”

(Mário Quintana – **Caderno H**. Porto Alegre: Globo, 1973, p. 14)

16. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Sugere o texto que a um historiador não cabe especular sobre conjecturas; ainda assim, o autor dessa imaginária História Universal levanta algumas suposições.
- II. O texto levanta a possibilidade de que a supressão dos vínculos do homem do século XX com a natureza estaria numa inexplicável arrogância sua diante do mundo natural.
- III. Pode-se depreender que, na perspectiva do autor do texto, em tempos futuros o homem terá superado modelos opressivos de habitação urbana.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

17. Está clara e correta a seguinte reconstrução de uma frase do texto:

- (A) Eram em enormes cortiços de cimento que os homens do século XX se aglomeravam inconfortavelmente em enormes cortiços de cimento, dado que só a miséria o explicaria.
- (B) Talvez só a miséria pudesse explicar porque os homens do século XX vivessem aglomerados em cortiços de cimento enormes e despossuídos de conforto.
- (C) É possível que a miséria seja a explicação para o fato de os homens do século XX viverem aglomerados, sem nenhum conforto, em enormes cortiços de cimento.
- (D) Uma vez que habitavam enormes e desconfortáveis cortiços de cimento, deduz-se a explicação que os homens do século XX deveriam de ter uma vida miserável.
- (E) Os homens do século XX, provavelmente devido à fatores econômicos, se aglomeravam com desconforto nos enormes cortiços de cimento aonde moravam.

18. *Alguns atribuem o fato a não se sabe que misterioso pânico ao simples contato da natureza; mas isso é matéria de ficcionistas, místicos e poetas...*

Sem prejuízo para o sentido contextual e a correção da frase acima, e sem que seja necessária qualquer outra alteração, pode-se substituir

- (A) atribuem por cogitam.
- (B) atribuem por justificam.
- (C) mas isso por conquanto isso.
- (D) a não se sabe que por ignorar-se qual.
- (E) a não se sabe que por a sabe-se lá qual.

19. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas em:

- (A) As áreas aonde os homens se concentravam exibiam edifícios em cujos não havia arejamento.
- (B) Em cortiços de cimento, a que faltavam espaço e arejamento, comprimiam-se milhões de indivíduos para quem a natureza parecia representar uma ameaça.
- (C) Esse texto, de cujo o autor era também poeta, promove um típico exercício de imaginação em que muitos autores de ficção são tentados.
- (D) Os mistérios porque somos atraídos na ficção costumam impressionar os leitores em cujos também não falta a liberdade da imaginação.
- (E) Os espaços urbanos pelos quais se espanta o imaginário narrador seriam testemunho de uma civilização à qual eram frouxos os laços com a natureza.

20. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) A presunção de verossimilhança é inerente aos escritos ficcionais, mesmo aos que exploram as rotas e as sendas mais fantasiosas da imaginação.
- (B) Depreende-se do texto que, no futuro, as civilizações adotarão paradigmas que substituirão com vantagem aqueles que regeram a vida do século XX.
- (C) Distila-se nesse texto o humor sutil de Mário Quintana, um autor gaúcho para quem a poesia e a vida convergem de modo inelutável.
- (D) A apreensão humana diante das forças da natureza deriva de épocas pré-históricas, quando o homem não dispunha de recursos técnicos para enfrentá-las.
- (E) As obsessões humanas pelo progresso parecem ignorar que as leis da natureza não sofrem nenhum processo de obsolescência, e custam caro para quem as transgrida.

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao texto que segue.

Imagens banalizadas

A tecnologia proporciona verdadeiros milagres, mas também produz alguma banalização. Nunca se tirou tanta fotografia instantânea como hoje: em todo lugar há gente promovendo a permanência de um instante, que imediatamente se ilumina na tela minúscula de uma câmera digital ou de um telefone celular. Impossível não lembrar as fotos antigas, quando o fotógrafo, investido de alguma solenidade, pedia aos fotografados que se preparassem, que posassem, e de repente acionava o botão, e triunfava: – Pronto! E era esperar algum tempo para que a foto fosse revelada e encaminhada ao álbum da família. Na pressa de hoje, os “cliques” das maquininhas eletrônicas disparam como metralhadoras, as pessoas mal têm tempo para ver as fotos e logo, enfadadas, apagam-nas. As eventualmente selecionadas costumam ir parar nos arquivos de um computador. Mais cedo ou mais tarde, serão igualmente apagados. De fato, o tempo está passando cada vez mais rápido.

(Ruiz de Souza Oviedo, inédito)

21. A banalização das imagens, referida no título do texto, é vista como consequência

- (A) da ação de fatores intrínsecos à pesquisa e ao desenvolvimento da alta tecnologia.
- (B) do intenso aprofundamento emocional das experiências do cotidiano moderno.
- (C) da multiplicação e do imediatismo de experiências marcadas pela transitoriedade.
- (D) do fomento à pesquisa tecnológica que não redunde em benefícios reais.
- (E) da ilusão e da superficialidade com que as pessoas buscam se apegar ao passado.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor joga com palavras e expressões que exprimem contraste entre si, tal como ocorre entre *tecnologia* e *milagres*, e entre *fotos antigas* e *alguma solenidade*.
- II. A ansiedade de produzir múltiplas e instantâneas imagens contradiz a sensação de enfado, que o autor atribui às pessoas que acionam suas modernas câmeras.
- III. A solenidade das fotografias antigas decorria, em parte, da importância que lhes dedicava o fotógrafo, confirmada pela diligência dos que costumavam preservá-las.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

23. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) A imagem de uma metralhadora disparando lembra ao autor de que o acionamento das modernas câmeras guarda-lhes uma velocidade similar.
- (B) Como sugere o autor do texto, o risco de banalização é muito alto no uso impulsivo e inconseqüente dos modernos engenhos eletrônicos.
- (C) Posar para o fotógrafo era parte dos antigos ritos familiares, assim como era hábito organizar e conservar as fotos em álbuns de que todos se orgulhavam.
- (D) A sensação de que, em nossos dias, o tempo está passando mais rapidamente decorre, em boa parte, da velocidade com que vivemos e descartamos nossas experiências.
- (E) O antigo processo de revelação das fotografias tinha o seu quê de romantismo: era necessária alguma espera, por vezes ansiosa, pelo resultado obtido.

24. No contexto, os segmentos associam-se numa relação de causa e efeito – nesta ordem – em:

- (A) *verdadeiros milagres / alguma banalização.*
- (B) *investido de alguma solenidade / de repente acionava o botão.*
- (C) *ir parar nos arquivos / eventualmente selecionadas.*
- (D) *acionava o botão / triunfava.*
- (E) *mais cedo ou mais tarde / apagados.*

25. Considerando-se as normas de concordância verbal, há uma **incorreção** na frase:

- (A) Tão rápidos quanto os “cliques” das mágicas maquininhas são o prazer e o enfado que caracterizam as modernas sessões de fotografia.
- (B) Não é de se crer que todos os produtos com alta tecnologia cheguem a se banalizar, já que a banalidade está nas circunstâncias em que se venham a utilizá-los.
- (C) Não compete nem aos cientistas nem aos produtores responsabilizar-se pelas consequências da utilização do que nos oferecem.
- (D) Quantos mais inventos haja, mais impulsivos não de ser nossos desejos de os consumir, como vem sucedendo no caso dos engenhos eletrônicos.
- (E) Seria de se esperar que se associassem à moderna tecnologia apenas os benefícios reais, que a ela se tributassem tão-somente vantagens inequívocas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

26. O esquema abaixo representa a multiplicação de um número natural F por 8, resultando em um número G.

$$\begin{array}{r} \text{O O 1 O} \\ \times 8 \\ \hline \text{O 8 O 2 O} \end{array}$$

Os círculos representam algarismos, que satisfazem às seguintes condições:

- são distintos entre si;
- são diferentes de zero;
- o algarismo das centenas de F é maior do que o algarismo das centenas de G.

Determinando-se corretamente esses cinco algarismos, verifica-se que o algarismo

- (A) dos milhares de F é 3.
- (B) das centenas de F é 3.
- (C) das unidades de F é 8.
- (D) das centenas de G é 5.
- (E) das unidades de G é 6.

27. Se o dia 08 de março de um certo ano foi uma terça-feira, então o dia 30 de julho desse mesmo ano foi

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

28. Considere que, em um determinado instante, P passageiros aguardavam seu voo em uma sala de embarque de certo aeroporto. Na primeira chamada embarcaram os idosos, que correspondiam à metade de P; na segunda, embarcaram as mulheres não idosas, cuja quantidade correspondia à metade do número de passageiros que haviam ficado na sala; na terceira, embarcaram alguns homens, em quantidade igual à metade do número de passageiros que ainda restavam na sala. Se, logo após as três chamadas, chegaram à sala mais 24 passageiros e, nesse momento, o total de passageiros na sala passou a ser a metade de P, então na

- (A) primeira chamada embarcaram 34 passageiros.
- (B) primeira chamada embarcaram 36 passageiros.
- (C) segunda chamada embarcaram 16 passageiros.
- (D) segunda chamada embarcaram 18 passageiros.
- (E) terceira chamada embarcaram 12 passageiros.

29. Considere que as sentenças abaixo são verdadeiras.

Se a temperatura está abaixo de 5 °C, há nevoeiro.

Se há nevoeiro, os aviões não decolam.

Assim sendo, também é verdadeira a sentença:

- (A) Se não há nevoeiro, os aviões decolam.
- (B) Se não há nevoeiro, a temperatura está igual a ou acima de 5 °C.
- (C) Se os aviões não decolam, então há nevoeiro.
- (D) Se há nevoeiro, então a temperatura está abaixo de 5 °C.
- (E) Se a temperatura está igual a ou acima de 5 °C os aviões decolam.

30. Nos Jogos Panamericanos de 1971, na cidade de Cali, um quadro de resultados parciais apresentava os três países com maior número de medalhas de ouro (105, 31 e 19), de prata (73, 49 e 20) e de bronze (41, 40 25): Canadá, Cuba e EUA. Em relação a esse quadro, sabe-se que

- os EUA obtiveram 105 medalhas de ouro e 73 de prata;
- Cuba recebeu a menor quantidade de medalhas de bronze;
- Canadá recebeu um total de 80 medalhas.

Nessas condições, esse quadro informava que o número de medalhas recebidas

- (A) por Cuba foi 120.
- (B) por Cuba foi 115.
- (C) pelos EUA foi 220.
- (D) pelos EUA foi 219.
- (E) pelos EUA foi 218.

<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p>
<p>31. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o dolo acidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, só obriga à satisfação de perdas e danos.</p> <p>(B) o erro de cálculo afeta a declaração de vontade e prejudica a validade do negócio jurídico.</p> <p>(C) se ambas as partes procederam com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.</p> <p>(D) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.</p> <p>(E) o falso motivo, expresso como razão determinante, não vicia a declaração de vontade.</p>	<p>35. A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar:</p> <p>(A) É lícito às partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório, desde que o requeira antes do respectivo vencimento com fundamento em motivo legítimo.</p> <p>(B) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de três dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.</p> <p>(C) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em dia em que o expediente forense for encerrado meia hora antes da hora normal.</p> <p>(D) Quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, computar-se-á em dobro o prazo para contestar.</p> <p>(E) A parte não poderá renunciar o prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.</p>
<p>32. A interrupção da prescrição</p> <p>(A) operada contra o co-devedor não solidário, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.</p> <p>(B) ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas supervenientes.</p> <p>(C) por um credor não solidário aproveita aos outros.</p> <p>(D) produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.</p> <p>(E) por um dos credores solidários não aproveita aos outros.</p>	<p>36. Ajuizada uma ação ordinária fundada em direito real sobre imóvel no foro da situação da coisa e sendo o réu pessoa capaz domiciliado na Capital de outro Estado da Federação, a citação poderá ser feita</p> <p>(A) pelo correio ou por carta precatória.</p> <p>(B) pelo correio ou por carta de ordem.</p> <p>(C) somente por carta precatória.</p> <p>(D) somente por carta de ordem.</p> <p>(E) somente por carta rogatória.</p>
<p>33. Considere os seguintes bens públicos:</p> <p>I. Rios e mares.</p> <p>II. Prédio integrante do patrimônio da União.</p> <p>III. Estradas.</p> <p>IV. Terrenos destinados a serviço da administração estadual.</p> <p>V. Ruas e praças.</p> <p>VI. Edifícios destinados a instalação da administração municipal.</p> <p>São bens de uso especial os indicados APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) II, V e VI.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III, IV e V.</p> <p>(E) IV e VI.</p>	<p>37. A respeito das modificações da competência, é correto afirmar:</p> <p>(A) Reputam-se conexas duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.</p> <p>(B) Dar-se-á a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.</p> <p>(C) O foro contratual ou de eleição é restrito às partes contratantes, não obrigando os herdeiros ou sucessores destas.</p> <p>(D) A competência em razão do valor e do território pode ser modificada pelas partes, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.</p> <p>(E) A competência em razão da matéria e da hierarquia poderá modificar-se pela conexão e pela continência.</p>
<p>34. O caseiro de uma chácara que, achando-se em relação de dependência para com o proprietário, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens e instruções suas, considera-se</p> <p>(A) possuidor indireto.</p> <p>(B) detentor.</p> <p>(C) possuidor direto.</p> <p>(D) possuidor de boa-fé.</p> <p>(E) possuidor de má-fé.</p>	<p>38. A respeito do mandado de segurança, é correto afirmar:</p> <p>(A) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado, posto que não pode mais ser modificada por recurso previsto em lei.</p> <p>(B) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias contados do ato impugnado.</p> <p>(C) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado, mesmo se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.</p> <p>(D) Cabe mandado de segurança contra parecer, quando proferido por autoridade no exercício de suas funções.</p> <p>(E) A sentença que conceder o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.</p>

39. O executado foi citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida, com os juros, multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução. A citação foi feita pelo correio, tendo sido juntado aos autos o aviso de recepção. O executado depositou parte do valor reclamado e o comprovante desse depósito foi juntado aos autos. Constatado ser o depósito insuficiente, o executado completou-o, tendo juntado aos autos o comprovante do depósito complementar efetuado. Nesse caso, o prazo para oferecimento de embargos conta-se
- (A) da juntada aos autos do comprovante do depósito inicial.
- (B) do depósito inicial.
- (C) do depósito complementar.
- (D) da juntada aos autos do comprovante do depósito complementar.
- (E) da juntada aos autos do aviso de recepção da carta de citação.

40. A respeito das ações possessórias, considere:
- I. É lícito ao réu, na contestação, sem a apresentação de reconvenção, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbacão ou do esbulho cometido pelo autor.
- II. A propositura de uma ação possessória em vez de outra impede que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos requisitos estejam provados.
- III. Quando for ordenada a justificação prévia, o prazo para contestar contar-se-á da intimação do despacho que deferir ou não a medida liminar.
- IV. O credor com garantia real pode obstar a alienação judicial do objeto da hipoteca por meio de embargos de terceiro.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

DIREITO PENAL

41. Antes de assumir o cargo público municipal para o qual foi nomeado, invocando a sua condição funcional, João exige ingresso dos organizadores de evento cuja realização depende de autorização do Poder Público. Assim agindo, João
- (A) comete crime de concussão.
- (B) comete crime de corrupção ativa.
- (C) comete crime de corrupção passiva.
- (D) não comete crime algum porque pedido de ingresso para evento é mero ilícito civil.
- (E) não comete crime algum porque ainda não assumiu o cargo.

42. Sobre a imputabilidade penal, considere:
- I. A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.
- II. A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.
- III. Se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de um a dois terços.
- IV. Os menores de dezoito anos não são penalmente inimputáveis porque podem ser internados pela prática de fato definido como crime.
- V. O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, pode ter a sua pena reduzida de um a dois terços.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e V.

43. Agindo com negligência, João esquece sobre o balcão da repartição onde exerce cargo público documento que contém segredo, de forma que terceira pessoa tem acesso a ele. Assim agindo, João
- (A) pratica crime de violação de sigilo funcional porque o dolo é presumido.
- (B) só pratica crime se o terceiro que teve conhecimento do segredo revelá-lo para outras pessoas.
- (C) não pratica crime, porque o Código Penal não prevê a modalidade culposa de violação de sigilo funcional.
- (D) pratica crime de violação de sigilo funcional porque presente o dolo eventual.
- (E) pratica crime de condescendência criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

44. Quanto ao direito a representação do ofendido, é INCORRETO afirmar que
- (A) só pode ser exercido no prazo de seis meses, contado do dia em que a vítima ou seu representante legal veio a saber quem é o autor do crime.
- (B) pode ser exercido por procurador da vítima ou de seu representante legal com poderes especiais, mediante declaração escrita ou oral.
- (C) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (D) as fundações, associações ou sociedades, podem exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios gerentes.
- (E) depois de oferecida a denúncia a representação só é retratável se for manifestada pelo ofendido ainda dentro do prazo decadencial.

45. Em relação a prisão considere:

- I. A prisão temporária pode ser decretada pela autoridade policial ou judicial, por representação do Ministério Público e pelo tempo que durar o inquérito policial.
- II. A apresentação espontânea do acusado à autoridade não impedirá a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei a autoriza.
- III. Ocorre o flagrante presumido quando encontrado o autor do fato, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- IV. A prisão preventiva do autor do fato é incabível após recebida a denúncia ou queixa pelo juiz, cabendo apenas na fase extrajudicial para resguardar a segurança da vítima.
- V. No caso de o acusado se recusar a assinar, ou não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura, na presença do acusado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e IV.

46. Estabelece a Lei nº 9.613/98, que o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes previstos nesta Lei. Contudo, tais medidas assecuratórias serão levantadas se a

- (A) denúncia não for oferecida no prazo de cento e oitenta dias, contados da data em que for expedido o competente mandado.
- (B) ação penal não for iniciada no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que ficar concluída a diligência.
- (C) ação penal não for iniciada no prazo de noventa dias, contados da data em que for expedido o competente mandado.
- (D) denúncia não for recebida no prazo de sessenta dias, contados da data em que for expedido o competente mandado.
- (E) ação penal não for iniciada com a citação do réu no prazo de cento e cinquenta dias, contados da data em que foi juntado o competente mandado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

47. Considere as seguintes assertivas a respeito da posse e do exercício:

- I. A suspensão e a interrupção do exercício, em regra, não serão registrados no assentamento individual do servidor, tratando-se de expedientes ordinatórios.
- II. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, sendo que só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- III. É de sessenta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da publicação do ato de provimento.
- IV. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

48. A vedação ao Poder Judiciário de decretar a nulidade de ato administrativo *ex officio* resulta de um dos atributos do ato administrativo. Esse atributo é a

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) discricionariedade.
- (C) formalidade.
- (D) imperatividade.
- (E) auto-executoriedade.

49. O controle legislativo da Administração pública é exercido por meio de instrumentos, dentre os quais se destacam:

- (A) convocação de autoridades; ação popular; ação civil pública; reclamação administrativa; e fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- (B) pedido de informação; direito de petição; pedido de reconsideração; ação popular e mandado de segurança.
- (C) Comissão Parlamentar de Inquérito; pedido de informação; convocação de autoridades; e fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- (D) Comissão Parlamentar de Inquérito; pedido de informação; pedido de reconsideração; *habeas data*; e interdito proibitório.
- (E) ação civil pública; *habeas data*; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; reclamação administrativa; e direito de petição.

50. Sobre o processo administrativo (Lei nº 9.874/99), considere:

- I. É direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- II. A competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- III. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta média, para efeitos disciplinares.
- IV. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
- V. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de dez dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I e II.
- (E) I e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) metalurgia.
- (B) desapropriação.
- (C) serviço postal.
- (D) procedimentos em matéria processual.
- (E) radiodifusão.

52. Considere as seguintes assertivas sobre o Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

- I. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- II. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- III. É de competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o Estado de Defesa e a intervenção Federal, autorizar o Estado de Sítio ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- IV. Cabe à Câmara dos Deputados, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

53. Compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- (C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.

54. Considere as seguintes assertivas sobre os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais:

- I. Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.
- II. As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte e as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.
- III. Os Tribunais Regionais Federais são compostos de juízes, sendo: um quinto dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de cinco anos de carreira e os demais, mediante promoção de juízes federais com mais de dez anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DIREITO TRIBUTÁRIO
<p>55. De acordo com a Constituição Federal brasileira, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidirão, dentre outras, sobre</p> <p>(A) os rendimentos do trabalho pagos ou creditados somente a título salarial, à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.</p> <p>(B) a folha de salários pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.</p> <p>(C) todo e qualquer rendimento do trabalho com natureza salarial pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.</p> <p>(D) todo e qualquer rendimento do trabalho pagos ou creditados a título exclusivamente salarial, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.</p> <p>(E) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.</p>	<p>58. Quanto à obrigação tributária é correto afirmar:</p> <p>(A) A capacidade tributária passiva depende, dentre outras, da capacidade civil das pessoas naturais e de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.</p> <p>(B) O sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.</p> <p>(C) A obrigação tributária acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade não pecuniária.</p> <p>(D) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas.</p> <p>(E) A solidariedade das pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal comporta o benefício de ordem.</p>
<p>56. Considere as seguintes assertivas a respeito do regime geral da previdência social:</p> <p>I. Em regra, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.</p> <p>II. Para efeito de aposentadoria não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada rural.</p> <p>III. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.</p> <p>IV. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>59. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico instituídas por competência exclusiva da União</p> <p>(A) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.</p> <p>(B) poderão ter alíquotas específicas, tendo por base a unidade de medida adotada.</p> <p>(C) não incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.</p> <p>(D) não poderão ter alíquotas, tendo por base no caso de importação, o valor aduaneiro.</p> <p>(E) não poderão ter alíquotas <i>ad valorem</i>, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.</p>
<p>57. A contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos é um exemplo específico do princípio constitucional da</p> <p>(A) diversidade da base de financiamento.</p> <p>(B) caráter democrático e descentralizado da administração.</p> <p>(C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.</p> <p>(D) universalidade da cobertura.</p> <p>(E) equidade na forma de participação no custeio.</p>	<p>60. O lançamento tributário</p> <p>(A) é efetuado com base na declaração do sujeito ativo, acompanhado de informações indispensáveis à sua efetivação.</p> <p>(B) reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, regendo-se pela lei vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.</p> <p>(C) decorre de atividade administrativa desvinculada e facultativa.</p> <p>(D) notificado ao sujeito passivo, não pode, em qualquer hipótese, ser alterado.</p> <p>(E) por homologação ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.</p>

